



CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO (CTIG) Ata da 62ª reunião, realizada em 16 de agosto de 2018

1 Em 16 de agosto de 2018, reuniu-se extraordinariamente a Câmara Técnica de
2 Instrumentos de Gestão (CTIG) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos
3 (CERH), na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
4 Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes membros
5 titulares e suplentes: a presidente Irany Maria de Lourdes Braga, do Instituto
6 Brasileiro de Mineração (Ibram). Representante do poder público estadual.
7 Fernando Silva de Paula, da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento
8 de Água e Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais (Arsae).
9 Representantes dos usuários de recursos hídricos. Dênio Drummond Procópio e
10 Rander Abrão Tostes, da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig);
11 Guilherme da Silva Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado
12 de Minas Gerais (Faemg); Odorico Pereira de Araújo, da Federação das
13 Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Maria Aparecida Borges
14 Pimentel Vargas, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa
15 (Abragel). Representantes de entidades da sociedade civil ligadas aos recursos
16 hídricos. Antônio Giacomini Ribeiro, da Associação para a Gestão
17 Socioambiental do Triângulo Mineiro (Angá); Patrícia Generoso Thomaz Guerra,
18 do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas
19 (Fonasc); Rayssa Cordeiro Figueiredo, do Conselho Regional de Engenharia e
20 Agronomia de Minas Gerais (Crea-MG); Fernando Marinho de Oliveira, da
21 Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (Abas); Edson de Oliveira Vieira,
22 do Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da Universidade Federal de Minas Gerais
23 (UFMG). **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** A presidente Irany Maria de
24 Lourdes Braga declarou aberta a 62ª reunião da Câmara Técnica de
25 Instrumentos de Gestão. **2) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS.** Não
26 houve manifestações. **DELIBERAÇÕES. 3) EXAME DA ATA DA 61ª REUNIÃO.**
27 Aprovada por unanimidade a ata da 61ª reunião da Câmara Técnica de
28 Instrumentos de Gestão, realizada em 18 de maio de 2018. **4) PROCESSOS**
29 **ADMINISTRATIVOS DE OUTORGA DE GRANDE PORTE PARA EXAME E**
30 **DELIBERAÇÃO. 4.1) Galvani Indústria, Comércio e Serviços S/A. Barragem**
31 **do Sabão I para disposição de rejeito. Serra do Salitre/MG. Processo de**
32 **retificação de vazão de outorga nº 23750/2015. Apresentação: Supram**
33 **Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.** Processo retirado de pauta com pedido
34 de vista do Fonasc, após apresentações feitas pelo empreendedor e pela
35 Supram e discussões pelos conselheiros nesta sessão. Encaminhamentos de
36 baixa em diligência e de pedido de vista. Conselheira Patrícia Generoso

37 Thomaz Guerra: “O Bruno (Supram) disse que os usuários não estão
38 identificados nesse parecer e nesse processo, mas que tem usuários. Disse que
39 tem condicionantes, que são instrumentos que nos dariam mais conforto, mas
40 também não está descrito isso no parecer. Uma outra coisa, que eu também
41 posso estar equivocada – e vou voltar a pergunta para o Bruno –, é que você
42 descreveu que a Copasa não tem mais outorga porque perdeu o prazo. Se eu
43 não estou enganada – e procurei sanar essa dúvida aqui nos autos e não
44 consegui encontrar –, o parecer jurídico desse processo descreve algumas
45 condições, mas, explicitamente, deixa claro que não foi possível avaliar se o
46 pedido foi feito dentro do prazo. Eu quero a resposta do Bruno, mas, com isso,
47 eu estou achando também que nós temos já situações identificadas, que o
48 Bruno já identificou: existem usuários, mas não estão nesse processo; existem
49 condicionantes, mas não estão nesse processo. Na minha avaliação, nós
50 estamos caminhando aqui é para uma baixa em diligência, para esses dados
51 todos constarem no parecer, e nós termos mais conforto. Eu não me sinto
52 confortável, eu posso estar equivocada, porque eu não sei se é desse item ou
53 do outro, mas eu procurei aqui na pasta, e não está aqui. Então, é uma outra
54 situação que, para mim, é de formalidade, de legalidade, que eu acho que é
55 indispensável para nós. Até porque a justificativa que eles usaram para
56 descrever que a Copasa não tem, atualmente, outorga é exatamente o
57 requerimento a destempo. Então, eu quero voltar a pergunta para o Bruno e já
58 quero também propor essa baixa em diligência para que esses elementos todos
59 constem nos autos, no processo, no parecer, com as condicionantes que ele diz
60 que tem como instrumento, para que possamos ter mais segurança ao votar.”
61 Bruno Neto de Ávila/Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: “Eu só queria
62 deixar bem claro que as condições de jusante não vão se alterar. Já existe uma
63 outorga concedida, deliberada pelo Comitê de Bacia, que outorgou a construção
64 das barragens. São barragens já existentes. Então, não vai ter alteração no
65 regime a jusante da barragem de rejeito. Essas construções já foram
66 outorgadas, já foram discutidas. Por isso é que não trouxemos um detalhamento
67 maior. Nesse caso, nós nos preocupamos em fundamentar o balanço hídrico no
68 empreendimento para esse uso, a justificativa do aumento dessa vazão e fazer
69 a simulação hidrológica do barramento para ver se ele comporta esse aumento
70 de vazão. A análise foi mais em cima desses dois fatores. Mas as
71 condicionantes estabelecidas no processo de outorga, nós não colocamos aqui
72 para não ficar redundante, senão teríamos vários protocolos das mesmas
73 informações em processos diferentes. Essa é a questão. Eu não vejo a
74 necessidade de se pedir uma baixa em diligência uma vez que foi um processo
75 público e que foram discutidas com o Comitê essas situações, as
76 condicionantes aprovadas e tudo mais publicado ‘Diário Oficial’. Não estamos
77 querendo esconder nada, é muito aberta a discussão. De fato, a alteração do
78 regime hidrológico a jusante não vai ter, uma vez que as condições que já foram
79 estabelecidas se mantêm.” Processo de votação. A Presidência colocou em

80 votação o pedido de baixa em diligência apresentado pelo Fonasc. A baixa em
81 diligência foi rejeitada por maioria, com abstenções da Abas e da Arsae. Foram
82 registrados votos favoráveis do Fonasc e da Angá. **Pedido de vista.** Em
83 seguida, foi registrado pedido de vista pelo Fonasc, com a seguinte justificativa.
84 Conselheira Patrícia Generoso Thomaz Guerra: “Para conhecer, para buscar as
85 informações, saber qual é o parecer da Setop, se há alguma contribuição feita
86 no parecer da Setop que não está aqui descrita, para eu me sentir mais
87 confortável para decisão.” **Transcrição de manifestações solicitadas pelo**
88 **Fonasc.** Conselheiro Fernando Marinho de Oliveira: “Eu sou da Abas, mas, por
89 coincidência, sou hidrogeólogo da Copasa também, e com esse processo eu
90 estive diretamente envolvido. Até já adianto a minha posição aqui de me abster,
91 por estar envolvido diretamente na questão, e a Copasa, em um Grupo de
92 Trabalho, que decidiu, para o momento, se abster, realmente, do processo.
93 Então, os meus votos vão ser abstenção, que eu queria também já declarar.
94 Quanto à captação da Copasa, ela existe. Na renovação da outorga, houve um
95 problema de documentação. Perdeu-se o prazo, e foi indeferido o processo de
96 renovação. O processo, pelo que eu sei, estava em vias de ser protocolado um
97 novo pedido, e a Copasa também está estudando outras alternativas, tipo água
98 subterrânea também, para verificar a possibilidade de atendimento à cidade de
99 Cruzeiro da Fortaleza.” Presidente Irary Maria de Lourdes Braga: “São quantos
100 quilômetros?” Conselheiro Fernando Marinho de Oliveira: “Está a jusante. São
101 11 km a jusante, mas, no caso, por exemplo, de rompimento da barragem...”
102 Presidente Irary Maria de Lourdes Braga: “O que é outra coisa, não é,
103 Fernando. Isso é analisado no âmbito do licenciamento ambiental. Aqui nós
104 estamos falando de outorga de captação de água.” Conselheiro Fernando
105 Marinho de Oliveira: “Então, nesse processo, eu, em nome da Abas, declaro
106 abstenção nas votações por esse motivo.” Conselheiro Fernando Silva de
107 Paula: “Eu queria fazer uma colocação em relação a esse mesmo aspecto dos
108 usos da água para jusante. Na parte 6 deste item, do material que nos foi
109 disponibilizado, consta o relatório da vista que foi pedida, a qual fez com que o
110 prazo não fosse cumprido. Eu acho que é o mesmo ponto a que você está se
111 referindo. Em decorrência disso, foi impossibilitado à Supram fazer. De fato,
112 refere-se ao mesmo município, à mesma captação da Copasa, que, salvo
113 engano, é realizada no ribeirão Fortaleza. E o barramento em questão seria
114 realizado no afluente do Fortaleza, a essa distância colocada. Esse relatório de
115 vista chama atenção, pelo procurador do município, que, de fato, os usos de
116 jusante não haviam sido considerados pelos estudos técnicos que foram
117 realizados para embasar essa solicitação que é feita pelo empreendimento. E
118 também chama mais ainda atenção esse aspecto que foi colocado de ausência
119 de instrumentos de fiscalização, de mitigação, reparação de eventuais impactos
120 que poderiam ocasionar. Não digo um rompimento da barragem, porque
121 imagino que isso é tão catastrófico que mitigar seria impossível, e o reparo
122 também, pelo que nós estamos vivenciando nessas coisas que vêm nos

123 acometendo. Então, eu vejo muita pertinência da colocação da Patrícia em
124 decorrência desse processo como tudo que eu estou apresentando. E também
125 me sinto um tanto desconfortável em deliberar a respeito sem necessariamente
126 ter isso. Eu ouvi, muito claramente, que vai ser feita essa reinserção da vazão
127 que teria adicionalmente retirado na parte do barramento de forma que toda
128 vazão – 100% da Q7,10 – estaria garantida a jusante. Mas não só a quantidade,
129 como a qualidade da água também nós precisamos considerar, se além dessas
130 medidas e desses instrumentos de planejamento que sempre são necessários.
131 Então, na ausência disso, eu já revelo que, de fato, me deixa em uma situação
132 um tanto confortável para deliberação.” Lucimar Cardoso, representante da
133 Galvani: “Só para esclarecer. O que estamos tratando nesse processo,
134 especificamente, é uma retificação de outorga, retificação de volume bombeado
135 de uma barragem de rejeito. Toda a discussão relacionada à qualidade de água,
136 à qualidade de restituição da água foi discutida em processos diferentes, a
137 exemplo do que eu falei: a Barragem do Sabão II, a Barragem do Jacu e essa
138 barragem, nós temos, dentro do nosso processo de licenciamento, licenças
139 específicas para esses barramentos, e todo o estudo foi realizado para que isso
140 pudesse acontecer. Até porque senão a barragem não teria sido construída, não
141 estaria em final de instalação. Então, todo estudo a jusante foi feito no processo
142 quando tivemos a outorga relacionada ao barramento. Este processo fala em
143 captar uma água de algo que já está licenciado. A barragem já está licenciada.
144 Hoje temos outorga de 244 e estamos solicitando a captação da água dentro de
145 uma barragem de rejeito, que vai ser água de contribuição. Ou seja, a
146 contribuição de águas pluviais, de chuva etc. que vai percorrer pelas nascentes
147 que têm na mina que já é licenciada vai parar dentro dessa barragem. Nós
148 queremos captar essa água também na recirculação para utilizar no nosso
149 processo produtivo. É um aumento de captação e não um barramento novo. A
150 restituição da água a jusante, que é uma preocupação e que eu acho justa, é a
151 mesma, não muda nada. Não tem alteamento.” Conselheiro Odorico Pereira de
152 Araújo: “Eu só vou pedir o seguinte: nós estamos discutindo aqui outorga,
153 então, vamos focar em discussão de outorga. Porque começamos a discutir
154 outorga e começamos a discutir outros temas que não estão relacionados a
155 outorga. O nosso papel aqui é outorga. Com relação aos usuários a jusante, a
156 empresa falou muito bem, ela vai manter o curso d’água em 100% da Q7,10.
157 Então, não há por que preocupar, não tem nem que se discutir essa questão.
158 Isso já dá um conforto muito grande, porque ela vai ter obrigação de garantir
159 100% da Q7,10. Está na condicionante deles, então, eu acho que há uma zona
160 de conforto muito grande para quem está a jusante. E uma coisa interessante,
161 pensar com relação à Copasa, que vai captar água lá no ribeirão Fortaleza.
162 Esse ribeirão é um contribuinte, não é o principal contribuinte. Ele é um
163 contribuinte do ribeirão Fortaleza onde a Copasa, provavelmente, não sabe se
164 vai fazer captação. Ela tem opção.” Conselheiro Fernando Silva de Paula: “A
165 cidade existe, a Copasa faz a captação, as pessoas já utilizam dessa água

166 como usuários prioritários.” Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “Deixou bem
167 claro que pode fazer captação subterrânea também.” Presidente Irazy Maria de
168 Lourdes Braga: “Odorico, você colocou correto. Nós temos que lembrar que
169 estamos tratando é dessa outorga, temos que lembrar que tem uma captação
170 da Copasa indeferida a jusante. E mais que 100% da vazão do rio. Quando
171 estamos falando de 100% da Q7,10, 100% da vazão do rio está sendo
172 restituída.” Conselheiro Fernando Silva de Paula: “A minha preocupação vai
173 além da quantidade da água, perpassa também a qualidade dessa água e,
174 principalmente, instrumentos que nós sabemos que são essenciais, que nós
175 precisamos considerar em empreendimento de porte feito esse, dessa
176 magnitude, que são fundamentais para garantia da qualidade de vida das
177 pessoas. Eu estou me referindo a elementos que são sempre necessários, que
178 permitam que nós possamos mitigar alguns efeitos, eventualmente, reparar
179 danos proporcionados por algum acometimento.” Bruno Neto de Ávila/Supram
180 Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: “Conselheiro Fernando, eu entendi a sua
181 preocupação em relação aos usos a jusante, e nós temos a mesma
182 preocupação na hora de deliberar um processo desse porte, dessa magnitude.
183 Eu quero dizer que foram, sim, de fato, analisados todos os usos a jusante da
184 barragem, principalmente de abastecimento público, porque entendemos como
185 uso prioritário, de fato. E dizer que a retificação dessa captação não vai mudar
186 aquilo que já foi feito, aquilo que já foi outorgado. As condições daquilo que vai
187 ser mantido a jusante vão permanecer. Mas nós tivemos preocupação, sim, com
188 instrumentos de controle disso. A água restituída não vai sair da barragem de
189 rejeito, ela vai sair de uma barragem de água limpa, que não vai ter contato com
190 rejeito. Vai ser uma água da bacia, que não vai ter contato direto com o rejeito,
191 que vai ser mantida a jusante da barragem. Outro ponto com que ficamos
192 preocupados, tanto na qualidade, nós condicionamos com as condicionantes no
193 licenciamento e na outorga também, na outorga anterior, de análise de
194 qualidade de água. E em relação à quantidade nós condicionamos a uma
195 estação telemétrica, que vai medir, em tempo real, a vazão a jusante da
196 barragem. Então, tem condições de ter esses dados em tempo real. O
197 empreendedor vai ter que fazer essa medição dessa vazão mínima de 100% em
198 tempo real. Então, tivemos a preocupação, sim, em relação aos usuários a
199 jusante, tanto em qualidade quanto em quantidade. A preocupação é pertinente,
200 tem que ter mesmo, mas foi feita, sim, uma avaliação. Como o barramento
201 regulariza 100%, está na cabeceira da bacia, uma área de contribuição pequena
202 em relação à bacia como um todo, até ao ponto da captação da Copasa, não
203 vai diminuir a disponibilidade de água, uma vez que regulariza 100% da vazão.
204 Quando foi feita análise do processo de captação de água de Cruzeiro da
205 Fortaleza, é como se não tivesse a captação da Galvani, porque o barramento,
206 pelo seu tamanho, seu volume de armazenamento, consegue regularizar essa
207 vazão a jusante. A preocupação existe, é pertinente, mas foi feita análise em
208 cima disso. Quando se fala que não foram olhados os usuários, não. Foram,

209 sim, de fato, olhados. Não está detalhado neste processo porque é um processo
210 simples de retificação de uma vazão. Mas foram olhados todos os usos, como
211 fazemos em todos os processos dessa magnitude.” Conselheira Patrícia
212 Generoso Thomaz Guerra: “O Bruno disse que os usuários estão identificados,
213 mas não estão identificados neste parecer e neste processo. Mas que tem
214 usuários. Ele disse que tem condicionantes que são instrumentos que nos
215 dariam mais conforto, mas também não está descrito isso no parecer. Outra
216 coisa, que eu também posso estar equivocada – e vou voltar também a
217 pergunta para o Bruno –, é que você descreveu que a Copasa não tem mais a
218 outorga porque perdeu o prazo. Se eu não estou enganada – e eu procurei
219 sanar essa dúvida aqui nos autos, físicos, e não consegui encontrar –, o
220 parecer jurídico deste processo descreve algumas condições, mas,
221 explicitamente, deixa claro que não foi possível avaliar se o pedido foi feito
222 dentro do prazo. Eu quero a resposta do Bruno, mas, com isso, estou achando
223 também que nós temos já situações identificadas, que o Bruno já identificou.
224 ‘Existem usuários’, e não está nesse processo. ‘Existem condicionantes’, e não
225 está nesse processo. Na minha avaliação, o que nós estamos caminhando aqui
226 é para uma baixa em diligência, para esses dados todos constarem no parecer,
227 e nós termos mais conforto. Eu não me sinto confortável, até porque o jurídico –
228 eu posso estar equivocada, porque não sei se é desse item ou do outro – eu
229 procurei aqui na pasta e não está aqui. Então, isso é outra situação, para mim,
230 de formalidade, que é de legalidade, que eu acho que é indispensável para nós.
231 Até porque a justificativa que eles usaram para descrever que a Copasa não
232 tem, atualmente, outorga é exatamente o requerimento a destempo. Então, eu
233 quero voltar a pergunta para o Bruno e já quero também propor essa baixa em
234 diligência para que esses elementos todos constem nos autos, no processo, no
235 parecer, com as condicionantes que ele diz que tem como instrumento, para
236 que possamos, então, ter mais segurança ao votar.” Bruno Neto de
237 Ávila/Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: “Eu quero deixar bem claro
238 para vocês entenderem que as condições de jusante não vão se alterar, já
239 existe uma outorga concedida, deliberada pelo Comitê de Bacia, que outorgou a
240 construção das barragens. São barragens existentes. Então, não vai ter uma
241 alteração no regime a jusante da barragem de rejeito. Essas condições já foram
242 outorgadas, já foram discutidas. Por isso é que não trouxemos um detalhamento
243 maior. Nesse caso, nós nos preocupamos foi em fundamentar o balanço hídrico
244 do empreendimento para esse uso, a justificativa desse aumento de vazão, e
245 fazer a simulação hidrológica do barramento para ver se ele comporta esse
246 aumento de vazão. A análise foi mais em cima desses dois fatores. E as
247 condicionantes estabelecidas no processo de outorga não pusemos aqui para
248 não ficar redundante, senão teríamos vários protocolos para as mesmas
249 informações em processos diferentes. Essa é a questão. Eu não vejo a
250 necessidade de talvez pedir uma baixa em diligência, porque foi um processo
251 público, e foram discutidas no Comitê essas situações, as condicionantes

252 aprovadas e tudo mais, e publicadas no 'Diário Oficial'. Então, não estamos
253 querendo esconder nada, é muito aberta a discussão. De fato, o regime
254 hidrológico a jusante não vai ter alteração, uma vez que as condições que já
255 foram estabelecidas se mantêm as mesmas." Conselheiro Antônio Giacomini
256 Ribeiro: "Eu queria até um diálogo com o Lucimar. A outorga atual é 244 m³/h, e
257 a retificação é para aumentar para 830. Qual é o valor de Q7,10?" Lucimar
258 Cardoso, representante da Galvani: "É 241." Conselheiro Antônio Giacomini
259 Ribeiro: "Litros, não é?" Lucimar Cardoso, representante da Galvani: "Em metro
260 cúbico por hora. Essa água vai ser restituída de outro barramento." Conselheiro
261 Antônio Giacomini Ribeiro: "Essa água da Q7,10 vai sair de uma barragem de
262 água limpa, que você falou, não da barragem de rejeito. Então, a outorga é em
263 cima da Barragem de Jacu." Lucimar Cardoso, representante da Galvani: "Da
264 barragem de rejeito. Barragem de Sabão II e Barragem de Jacu." Conselheiro
265 Antônio Giacomini Ribeiro: "Vai soltar o Q7,10 da Barragem de Jacu." Lucimar
266 Cardoso, representante da Galvani: "Barragem de Sabão II e Barragem de
267 Jacu." Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: "Vai fornecer o 241 m³/h, que é a
268 água limpa." Lucimar Cardoso, representante da Galvani: "Sabão II." Conselheiro
269 Antônio Giacomini Ribeiro: "E na barragem de rejeito ela vai ser
270 totalmente bloqueada." Lucimar Cardoso, representante da Galvani: "Totalmente
271 bloqueada." Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: "E a água industrial vai sair
272 de onde?" Lucimar Cardoso, representante da Galvani: "A água industrial para o
273 processo de mineração é água recirculada da barragem de rejeito, que essa
274 água que estamos discutindo. E a água industrial para a planta química futura,
275 que é outro processo, sai da Barragem do Jacu e da Barragem Sabão II. Esse
276 empreendimento é um complexo industrial mineral, ou seja, é totalmente
277 verticalizado, tem desde a mineração até o fertilizante final, que vai direto para o
278 cliente e para a fazenda, para ser aplicado. Então, nós temos dentro desse
279 processo uma planta química que vai ser também instalada lá dentro, e aí é
280 preciso de água natural." Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: "Só mais uma
281 questão: a água do rebaixamento vai para onde?" Lucimar Cardoso,
282 representante da Galvani: "A água do rebaixamento vai desaguar no leito do
283 Sabão mesmo, na barragem de rejeito." Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro:
284 "É uma água nobre, não é?" Lucimar Cardoso, representante da Galvani: "É
285 uma água nobre. Se não tivesse o rebaixamento aqui, o curso dessa água já
286 estaria nesse mesmo percurso, ou seja, não teria impacto nenhum. Isso foi
287 estudado também. Toda a contribuição que existe aqui foi levada em
288 consideração no momento de restituir a jusante de Sabão I." Conselheiro
289 Antônio Giacomini Ribeiro: "Ainda na questão do balanço hídrico, as sub-bacias
290 impactadas pelo rebaixamento, como secamento de nascente..." Presidente
291 Irany Maria de Lourdes Braga: "Giacomini, nós não estamos tratando do
292 rebaixamento agora." Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: "Mas eu estou
293 falando do balanço hídrico da bacia, que está em jogo." Presidente Irany Maria
294 de Lourdes Braga: "Nós estamos tratando de retificação." Conselheiro Odorico

295 Pereira de Araújo: “Giacomini, você pediu para separar, então, vamos fazer a
296 discussão separada. Você está voltando a outro processo. Então, vamos
297 discutir o processo como um todo.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “É a
298 questão do balanço hídrico.” Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “Então,
299 vamos discutir o balanço hídrico lá na frente.” Conselheiro Antônio Giacomini
300 Ribeiro: “Eu só quero saber de onde você vai tirar água da reposição.” Lucimar
301 Cardoso, representante da Galvani: “A água da reposição eu vou tirar de Sabão
302 II. Essa Barragem do Sabão II, praticamente, foi construída para restituir a água
303 a jusante. Para você ter uma ideia, a outorga dela é em torno de 320 m³/h.
304 Desses 320 m³/h, 241 m³/h são só para restituição. Eu vou tirar, para uso
305 industrial, dessa barragem, em torno de 70 m³/h. A preocupação que eu
306 concordo que tem que ter o Bruno colocou muito bem. Ela foi estudada e
307 reestudada. Então, toda a restituição do Q7,10 vai sair de Sabão II. Vão ser
308 restituídos 241 m³/h, sendo realizado o monitoramento on-line desse processo.
309 Inclusive, a Supram fez vistoria recente lá e viu todo o monitoramento sendo
310 feito já. Tem duas barragens de água limpa: a Barragem de Jacu e a Barragem
311 de Sabão II. Parte delas é para uso industrial, para a planta química futura. A
312 restituição é toda da Barragem de Sabão II. Só para adiantar um pouco sobre o
313 processo dessa barragem, porque já tem dúvidas aí, que eu vi algumas dúvidas,
314 o porquê de o processo ser um pouco longo. Nós entramos com esse processo
315 em 2015. Nessa época, existia uma possibilidade de um alteamento da
316 Barragem de Sabão I. Só que agora, neste momento, isso não se faz
317 necessário. Estamos estudando mais para frente – dez anos, cinco anos – esse
318 alteamento, mas agora não se faz necessário. Está dentro do processo natural
319 de vocês, onde se falou sobre alteamento, mas não vai ser discutido mais, tanto
320 é que caiu, o parecer do Bruno não fala mais de alteamento. E em 2016 nós
321 entramos só com a restituição, com a retificação de volume. Então, o processo
322 é retificação de 244 para 830. Esse processo foi passado pelo Bruno, que já
323 explicou; foi discutido na CTOC, do CBH, também, com parecer favorável.
324 Parecer favorável da CTOC do PN1. E foi para a reunião ordinária do Alto
325 Paranaíba, do PN1, e não foi votado porque passaram os 60 dias. No 59º dia,
326 vamos dizer assim, foi a reunião, no dia 12/6. Foi solicitada vista, e aí já não
327 tinha mais tempo de ser discutido dentro da CBH, e por isso veio para cá, para
328 essa discussão. Mas já passou por discussões internas. Só na CTOC tivemos
329 duas reuniões – na CTOC junto com a equipe do CBH –, e teve parecer
330 favorável tanto do IGAM, através do Bruno, quanto da CTOC. Esse é o histórico
331 do processo. É um processo muito simples porque toda preocupação foi
332 discutida no momento da construção do barramento, da outorga do barramento.
333 Isso tudo foi discutido lá. Então, a qualidade da água que o conselheiro
334 Fernando comenta, nós temos condicionantes, inclusive, neste processo
335 também, de garantir essa qualidade da água de acordo com o fluxo do rio, que
336 é classe 2. Nós vamos garantir a qualidade, tanto é que estamos tirando de um
337 novo barramento, para não misturar essa água nesse momento.” Conselheira

338 Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas: “É mais um esclarecimento. Talvez o
339 Bruno pudesse me esclarecer melhor ou vocês. Pelo que estou entendendo, os
340 usos à jusante já foram considerados na outorga anterior. Como você está
341 mantendo a vazão, e não está tendo alteração nenhuma na vazão, não se
342 sentiu necessidade de fazer nenhuma análise dos usos a jusante. É isso?”
343 Bruno Neto de Ávila/Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: “As condições
344 a jusante se mantiveram. Nós não detalhamos.” Conselheira Maria Aparecida
345 Borges Pimentel Vargas: “Isso está previsto na outorga já existente. É isso?”
346 Bruno Neto de Ávila/Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: “Exatamente,
347 isso mesmo.” Conselheira Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas: “Ok. Por
348 representar o setor hidrelétrico, o que estamos vendo aqui é quase que um uso
349 não consuntivo. Porque você está devolvendo a mesma quantidade. E é o que
350 estamos acostumados, é como se estivesse tratando de um trecho de vazão e
351 devolvendo a mesma quantidade de água em outras situações. Mas, pelo que
352 estou vendo, com certeza. Eu não estou falando ‘melhor’, eu não conheço o
353 processo a esse nível, mas estou falando em termos do que estou vendo de
354 valores. Em termos de valores, é isso que estou enxergando. O que vale é o
355 que tem no leito do rio na hora da entrega. Está tendo o mesmo volume. Ele
356 falou: tem água de chuva, porque tem reservatório, tem outras nascentes no
357 local, então, tem um conjunto de fatores. Eu acho que não podemos também
358 chegar ‘não quero, não deixo, isso não serve’. Porque é assim que tem
359 acontecido, ninguém olha direito, ninguém analisa porque já é contra, de
360 princípio. Eu acho que é esse cuidado que temos que ter. Sobre a questão da
361 Q7,10. Se está pouco com 100% da Q7,10, não deveríamos ter deixado aprovar
362 os valores que vimos aprovando no Plano Estadual de Recursos Hídricos, que
363 todo mundo se sentiu atendido com os 50% da Q7,10. Então, hoje, dizer que
364 100% da Q7,10 é pouco, deveríamos ter nos preocupado com isso quando
365 aprovamos o Plano Estadual de Recursos Hídricos.” Conselheira Patrícia
366 Generoso Thomaz Guerra: “Irazy, eu gostaria de voltar à questão que eu
367 solicitei. Enfim, se isso for superado. A baixa em diligência, regimentalmente,
368 tem que ser votada, não é?” Presidente Irazy Maria de Lourdes Braga: “Eu
369 queria só te esclarecer um negócio. Quando você fala que isso não está aqui
370 nesse processo – o Bruno já falou isso, enfaticamente, algumas vezes, e eu vou
371 tentar clarear – é porque nesse processo nós estamos falando de retificação de
372 outorga. Porque o processo em si da outorga – que foi o barramento, que foi o
373 retorno de 100% da Q7,10 – já foi outorgado antes e já foi definido antes. Então,
374 não está aqui porque faz parte de outro processo, que já foi deliberado.”
375 Conselheira Patrícia Generoso Thomaz Guerra: “Se não estou enganada, é
376 uma outra outorga, não é nem a mesma. Eu entendo, mas estamos tratando
377 disso em instâncias, inclusive, diferentes.” Presidente Irazy Maria de Lourdes
378 Braga: “Sim, é outra outorga do barramento, outra outorga da captação de 240
379 que eles têm hoje, mas que lá definiu: ‘Vai manter 100% da Q7,10, que atende
380 os usos a jusante’. E agora está dizendo: ‘Vai continuar com isso mesmo, só

381 que eu gostaria de captar um pouco mais'. É isso." Conselheira Patrícia
382 Generoso Thomaz Guerra: "Nós estamos fazendo aqui uma decisão em
383 instância até diferente. Então, eu acho que essa preocupação – se vocês estão
384 entendendo que já existe –, para nós – conselheiros desta Câmara, que,
385 inclusive, estamos distantes das bases locais, do território local onde a outorga
386 se dá –, deveria ser uma preocupação nossa. Mas tem uma outra coisa que
387 agora, na última apresentação, que está me causando estranheza, porque fala
388 de um parecer da CTOC do dia 17 de maio, e esse parecer também não está
389 aqui nos autos. Então, se já existe um parecer, se já existe uma construção,
390 independentemente de ter sido votado ou não, se é, principalmente, de
391 conselheiros que representam os usos locais, do local onde se está fazendo a
392 outorga, eu acho isso imprescindível também. E eu quero voltar também ao
393 controle de legalidade para falar também do parecer jurídico, que nos deixa
394 também inseguros, porque descreve claramente, expressamente, que não foi
395 possível avaliar se foi dentro do prazo. Eu procurei aqui, mas não consegui
396 localizar. Mas está entre os documentos, inclusive, em registro manual." Ana
397 Luiza/Galvani: "Essa parte, conselheira, que está escrita dentro do processo,
398 quando demos entrada no pedido de retificação, o controle processual
399 descreveu que não foi possível verificar se a renovação que foi solicitada
400 daquela portaria foi concedida antes do pedido de retificação. Foi essa a
401 questão. Não é questão se entrou dentro do prazo, se não entrou." Conselheira
402 Patrícia Generoso Thomaz Guerra: "Está aqui. 'A documentação se encontra
403 em conformidade para requerimento de retificação da portaria de outorga,
404 porém não foi possível averiguar se sua renovação ocorreu dentro do prazo de
405 validade, vez que o Siam não está disponibilizando a imagem do requerimento
406 nem entrega de documentos'. Isso faz parte dos documentos. Eu estou
407 trazendo e gostaria, inclusive, da avaliação da Procuradoria do IGAM a respeito
408 dessas questões. Eu acho que não é nem o empreendedor que vai satisfazer a
409 minha dúvida." Ana Luiza/Galvani: "Eu peguei o documento digitalizado também
410 pelo site igual a vocês, e me estranhou também ter esse comentário. Só que eu
411 fui ver, a data foi em 2015. O controle processual estava mencionando referente
412 à renovação da portaria, que foi protocolada em 2014. Porque nós tínhamos um
413 pedido de renovação da portaria. Nós entramos no prazo vigente com o pedido
414 de renovação, tudo certinho. Porém, quando entramos com pedido de
415 retificação, essa renovação não tinha sido concedida. Foi esse o comentário,
416 mas o Bruno, da Supram, pode falar." Conselheira Patrícia Generoso Thomaz
417 Guerra: "Eu gostaria de ouvir a Procuradoria e, em seguida, gostaria que fosse
418 deliberada a baixa em diligência." Alexandre Vidigal Martins/Procuradoria do
419 IGAM: "Respondendo o seu questionamento, trata-se de um processo a que
420 nós tivemos acesso, porque não é feita a nossa análise. Mas, pela descrição
421 que você acabou de ler, deu para perceber porque eu já analisei muitos
422 processos de outorga: são pedidos distintos. Pedido de retificação de outorga e
423 pedido de renovação de outorga. Nesse processo, a leitura que você fez, falou

424 que, com relação à retificação, não havia nenhuma restrição e com relação ao
425 pedido de renovação da outorga é que havia uma questão da perda de prazo.
426 Pelo que está se discutindo neste processo em que vocês estão atuando, é
427 relacionado a retificação. Então, o fato da renovação, ela não está vinculada ao
428 pedido de retificação. Não existe prazo para pedido de retificação. A outorga é
429 concedida por um prazo específico. Dentro do prazo da outorga, se houver
430 qualquer alteração, alguma modificação que seja necessária para melhorar as
431 condições ou alguma outra questão, pode ser feito a qualquer tempo até o
432 encerramento desse prazo. O pedido de renovação que é outra história.”
433 Presidente Irazy Maria de Lourdes Braga: “Bruno, fale para nós do documento
434 da CTOC.” Bruno Neto de Ávila/Supram Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: “O
435 processo de outorga acompanha o prazo da licença ambiental do
436 empreendimento. Foi renovado junto com a renovação da licença. Então, a
437 vigência da outorga está atrelada ao licenciamento nesse processo da Galvani.
438 Então, está renovada, e vai ser retificada, se assim for, se for decidido, e vai
439 acompanhar o prazo do licenciamento. Posteriormente, vai ter o processo de
440 renovação dela.” Presidente Irazy Maria de Lourdes Braga: “Com relação ao
441 parecer CTOC. Existe um parecer CTOC?” Bruno Neto de Ávila/Supram
442 Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: “Foi feito um parecer da CTOC, só que,
443 como o prazo em que fizeram já havia extrapolado, no envio do processo ao
444 Conselho Estadual de Recursos Hídricos, não acompanhou o processo. Foi
445 feito depois que o processo tinha sido encaminhado para o Conselho. Mas é um
446 parecer favorável à retificação da outorga.” Conselheira Maria Aparecida Borges
447 Pimentel Vargas: “Eu queria falar um pouco sobre minha experiência à frente de
448 diretoria de Comitê de Bacia, como presidente de Comitê de Bacia, mineiro, há
449 20 anos, pelo menos. O que acontece é que Câmara Técnica não é deliberativa,
450 é consultiva, para dar sustentação às decisões de uma plenária. Então, nunca
451 se pode colocar como um parecer conclusivo um parecer de uma Câmara
452 Técnica, a não ser que ele venha acompanhado de uma deliberação da
453 plenária. Isso em qualquer instância. Mesmo aqui não existe o parecer
454 conclusivo se não estiver aprovado pela plenária do Conselho Estadual. A partir
455 do momento que o Comitê perde o prazo – mesmo entendendo que esse
456 parecer, sendo favorável, só beneficiaria –, ele não pode seguir junto com o
457 processo, porque a plenária pode tomar uma decisão diferente do que a
458 Câmara Técnica encaminhou. Na impede a plenária de tomar uma decisão
459 diferente. Mesmo que tenha um parecer favorável, a plenária pode chegar na
460 hora e votar desfavoravelmente e independente do parecer. A plenária é
461 soberana. Então, não se pode colocar como uma decisão do Comitê ou de
462 qualquer instância que seja de apoio à plenária, como estamos aqui nas
463 Câmaras Técnicas e no Conselho Estadual.” Presidente Irazy Maria de Lourdes
464 Braga: “Eu sei, a plenária é soberana.” Conselheiro Odorico Pereira de Araújo:
465 “Só para completar o que a Aparecida falou. Ela tem razão. Segundo o Bruno, o
466 parecer da CTOC foi entregue só depois que o Comitê devolveu o processo. O

467 processo já estava aqui. Pode, sim, contribuir, mas desde que o Comitê
468 encaminhe. Como o Comitê não encaminhou, então, não pode fazer parte do
469 processo. Eu estou falando em cima do que o Bruno falou.” Presidente Irary
470 Maria de Lourdes Braga: “Ele disse que os documentos não foram entregues,
471 passou do 60º dia, veio para cá. Esse parecer favorável da CTOC não estava
472 junto, então, esse não veio.” Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “Foi o que
473 ele falou.” Presidente Irary Maria de Lourdes Braga: “O que nós temos que
474 saber aqui é o seguinte. Esta Câmara é soberana, ela pode considerar como
475 pode não considerar um parecer da CTOC. Como a Maria Aparecida falou, era
476 até favorável à empresa o parecer, o que o Bruno falou, mas, no entanto, somos
477 soberanos aqui para decidir ou não se vamos dar ou não a outorga. Algum
478 comentário a mais? Patrícia, você tem mais algum?” Conselheira Patrícia
479 Generoso Thomaz Guerra: “Eu vou só insistir porque o pedido de baixa em
480 diligência é...” Presidente Irary Maria de Lourdes Braga: “Eu ia começar por ele
481 agora. Nós vamos colocar em votação...” Conselheira Patrícia Generoso
482 Thomaz Guerra: “Só completar. Caso superado, eu gostaria de solicitar vista.
483 Eu gostaria que fosse nessa ordem. Presidente Irary Maria de Lourdes Braga:
484 “Vamos primeiro votar aqui se os conselheiros acham que tem motivo para
485 baixar em diligência. Que achar que deve ser baixado em diligência o processo
486 que se manifeste.” Conselheiro Fernando Marinho de Oliveira: “Abas,
487 abstenção.” Presidente Irary Maria de Lourdes Braga: “Ok. O único voto a favor
488 de baixar em diligência foi do Fonasc. Nós tivemos aqui abstenção do
489 Fernando/Abas e do Fernando/Arsae.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro:
490 “Eu voto com o Fonasc.” Presidente Irary Maria de Lourdes Braga: “Dois votos
491 contra: Giacomini e Patrícia. E duas abstenções. Então, o processo segue. A
492 conselheira pediu vista ao processo de retificação de outorga, que não tem
493 nenhuma captação. Toda a quantidade de água é restituída. Baseado no quê?
494 Qual a justificativa? Conselheira Patrícia Generoso Thomaz Guerra: “Para
495 conhecer, buscar as informações, saber qual é o parecer da CTOC, se há
496 alguma contribuição que foi feita no parecer da CTOC que não está aqui
497 descrita. O parecer é regimental, para eu me sentir mais confortável para a
498 decisão. E é regimental, eu nem precisaria justificar.” Presidente Irary Maria de
499 Lourdes Braga: “O pedido de vista tem que ser fundamentado, com uma
500 fundamentação coerente.” Alexandre Vidigal Martins/Procuradoria do IGAM:
501 “Pedido de vista, a definição pelo artigo 41 do Regimento fala: ‘A solicitação de
502 apreciação de matéria em pauta, com intenção de sanar dúvida ou apresentar
503 proposta de decisão alternativa, devendo sempre resultar na apresentação de
504 um parecer, encaminhado à Secretaria e disponibilizado, juntamente com a
505 pauta da reunião imediatamente subsequente’.” Presidente Irary Maria de
506 Lourdes Braga: “Então, está pedido de vista ao processo pela Patrícia/Fonasc.
507 Alguma vista conjunta? Não? Ok.” **4.2) Galvani Indústria, Comércio e**
508 **Serviços S/A. Projeto Salitre. Mina de fosfarenito. Serra do Salitre/MG.**
509 **Processo de outorga para captação de água subterrânea para fins de**

510 **rebaixamento de nível de água nº 24720/2016. Apresentação: Supram**
511 **Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.** Processo retirado de pauta com pedido
512 de vista do Fonasc, após apresentações feitas pelo empreendedor e pela área
513 técnica da Supram, manifestações de representantes do município de Cruzeiro
514 da Fortaleza e discussões pelos conselheiros nesta sessão. Encaminhamento e
515 justificativa do pedido de vista. Conselheira Patrícia Generoso Thomaz Guerra:
516 “Eu tinha várias questões para trazer, mas vou evitar um desgaste maior, tanto
517 meu quanto deste Conselho, até pelo adiantar da hora. Eu queria só fazer um
518 registro. Embora vocês tenham descrito que o limite da supressão de nascentes
519 seja a cava, um trecho do próprio estudo – se não estou enganada, na página
520 111 – descreve que, para além das nascentes suprimidas pela própria cava,
521 haverá ou poderão haver e serem afetadas outras nascentes. Esse termo já me
522 causou uma certa angústia porque usar a expressão ‘poderá’ sem trazer nos
523 estudos técnicos a certeza já é um motivo de desconforto. Até na primeira parte,
524 quando a Irany perguntou se queria apresentação conjunta, eu me absteve
525 porque eu achava que podia ser conjunto, porque estão intrinsecamente
526 ligados. Eu vou solicitar vista, já fundamentando aqui minha resposta, pela
527 necessidade de conhecer, de sanar dúvidas. E me sinto completamente
528 legitimada até pela fala dos procuradores e dos representantes dos munícipes
529 que estiveram aqui para quem sabe tentar contribuir e poder sugerir alguma
530 coisa.” Sugestão de condicionantes. Durante as discussões e antes do pedido
531 de vista pelo Fonasc, o conselheiro Fernando Marinho de Oliveira,
532 representante da Abas, registrou sugestão de inclusão de condicionante de
533 “monitoramento no entorno a jusante da mina relativo aos saprólitos fraturados.”
534 Conselheiro Fernando Marinho de Oliveira: “Essa questão da zona fraturada
535 tem que ser conhecida e monitorada para que todos entendam e seja mitigado,
536 caso venha no futuro ter impacto a jusante, fora daquilo que hoje se tem no
537 modelo teórico.” Transcrição de manifestações solicitadas pelo Fonasc.
538 Conselheiro Fernando Marinho de Oliveira: “Primeiramente, a Abas é
539 Associação Brasileira de Águas Subterrâneas, então, eu acho que é importante
540 estarmos sempre comentando e contribuindo. Diante disso, a primeira pergunta
541 seria sobre os limites e critérios. Quais foram os limites, as barreiras do modelo
542 matemático, que parecem que são os limites da cava. Confirmar se é isso
543 mesmo. Outra coisa é se existe heterogeneidade no solo, no saprólito, às vezes
544 mais argiloso, ou se é muito homogêneo mesmo a ponto de se colocar como
545 um único rebaixamento. Ou seja, estaria atuando naquela sub-bacia porque o
546 material é todo homogêneo. Ou existe heterogeneidade? Ainda uma outra
547 questão colocada também, sobre o saprólito, e abaixo uma zona fraturada, que,
548 inclusive, é de maior potencial na região, de água subterrânea. São fraturas, e o
549 fluxo de água subterrânea passa a se dar, preferencialmente, ao longo dessas
550 direções. E que normalmente essas fraturas estão representadas no terreno
551 pelas drenagens da região. Quase sempre dessa forma. Então, um pouco sobre
552 esse contexto das fraturas, desse fluxo preferencial, se vocês consideraram.

553 Por fim, a questão dessa zona fraturada, essa água estar circulando nesse
554 aquífero. E a recarga dele se dá através do freático que está acima. Poderia
555 haver uma maior abrangência de circulação? Essa recarga poderia estar sendo
556 desse fraturado? Ela pode ser prejudicada? Vocês avaliaram essas questões?”
557 Leonardo Oliveira/Galvani: “Quanto à heterogeneidade que você mencionou, ela
558 é mais vertical. Nós vemos muito claramente uma heterogeneidade vertical. Eu
559 diria que o solo de cobertura tende a ser homogêneo, o saprólito também.
560 Depois tem o maciço, muito fraturado, e não é contínuo. Por vezes, ele aparece,
561 por vezes, não. Então, não é um contínuo verticalmente nem lateralmente. Em
562 alguns furos de sondagem, ele aparece, em outros, não. E depois tem o maciço
563 de rocha sã. No nosso modelo, nós consideramos, sim, essa heterogeneidade
564 vertical. Então, nós fizemos a distinção dos solos, dos saprólitos; fizemos essa
565 camada de rochas faturadas, inclusive com condutividade hidráulica mais
566 elevada do que as demais; e depois o maciço de rocha sã. Então, isso foi
567 considerado, sim. Como o modelo representa as drenagens, sempre que há
568 essa interceptação, preferencialmente, o modelo reproduz esse sistema de
569 escoamento. Então, isso está bem representado. A calibração foi muito bem-
570 sucedida nesse ponto.” Conselheiro Fernando Marinho de Oliveira: “A
571 heterogeneidade, ora fraturado, ora não faturado o saprólito, é porque está
572 posicionado mais centrado em uma fratura e outro mais centrado no maciço não
573 fraturado. Isso pode acontecer tranquilamente. O trabalho me parece muito
574 bom, e nós só colocamos essas questões para contribuir.” Leonardo
575 Oliveira/Galvani: “Eu queria só ressaltar, novamente, que esse pacote de rochas
576 fraturadas não constitui objeto de lavra.” Conselheiro Fernando Marinho de
577 Oliveira: “Independente de ser lavra ou não, tem um fluxo de água subterrânea.
578 Esse fluxo de água subterrânea no saprólito pode extrapolar a área de cava.
579 Essa questão eu acho que está perfeita, mas eu estou falando aqui como Abas,
580 como entidade de águas subterrâneas. Eu tinha me posicionado por abstenção
581 pelo contexto, porque eu também sou funcionário da Copasa e estou envolvido
582 no processo, mas, como Abas, de repente, poderia haver uma condicionante no
583 monitoramento do saprólito a jusante dessa barreira.” Leonardo
584 Oliveira/Galvani: “Existe uma condicionante muito forte para monitoramento
585 hidrogeológico, tem piezômetros, poços.” Conselheiro Fernando Marinho de
586 Oliveira: “E na parte fraturada, a jusante, no entorno? É essa a colocação para
587 que tenhamos essa garantia de como também está se comportando. Eu acho
588 que, com isso, fica confortável. O trabalho parece muito bem-feito. Eu não tive
589 acesso aos detalhes, mas é só essa questão que eu acho que pode ser
590 aprimorada.” Felipe Augusto Franco, procurador do município de Cruzeiro da
591 Fortaleza: “Eu estou acompanhado da Maíra Abraão, que é nossa secretária de
592 Meio Ambiente do município, e também do representante do Legislativo, Antônio
593 Côrtes. Eu quis vir pessoalmente para explicar as motivações do nosso pedido
594 de vista ao final do procedimento que corria perante o Comitê. A nossa
595 manifestação ao final se deu justamente em função de termos pouco

596 conhecimento do processo. Nós só tivemos acesso aos documentos, acesso à
597 situação de como estava ocorrendo o procedimento, ao final do processo.
598 Então, foi aquele momento que tivemos para falar ‘espera aí, vamos dar uma
599 pausa a esse processo para ver o que está acontecendo e poder entender
600 melhor’. O município de Cruzeiro da Fortaleza tem praticamente de 5.000
601 habitantes, as atividades econômicas principais são pecuária, produção de
602 milho, café e soja. E tudo utiliza a água advinda do ribeirão Fortaleza, que está
603 a jusante do empreendimento ora aqui debatido. Quando nós ficamos sabendo
604 que haveria um procedimento que iria interferir nas nascentes acima do
605 município de Cruzeiro da Fortaleza, que poderia intervir no ribeirão Fortaleza e
606 no fornecimento de água aos munícipes e aos produtores rurais daquela
607 localidade, nós tentamos entender, só que não tivemos muito sucesso durante o
608 procedimento na CTOC. Por isso, tivemos que pedir essa vista para tentar estar
609 a par da situação por completo. E surgiram algumas indagações que ainda não
610 foram respondidas. Nós temos um pé atrás, nós, munícipes, que estamos
611 cientes de toda a situação, porque em municípios próximos de Cruzeiro da
612 Fortaleza – Lagamar e Tapira –, onde existe o funcionamento de mineradoras,
613 ocorreu uma situação de precariedade da água, não só da quantidade como
614 também da qualidade. Existem denúncias de que esse prejuízo à água das
615 cidades veio das minerações. Isso está sendo averiguado. Na verdade, há um
616 processo que é mais antigo, de 2016, só que isso está sendo averiguado pelo
617 Ministério Público. Então, nós fomos procurar o processo e descobrimos
618 algumas questões importantes. Por exemplo, envolve a supressão de seis
619 nascentes, podendo ser suprimidas mais quatro. Isso interfere completamente
620 na situação hídrica daquele local, que, por sua vez, interfere no município de
621 Cruzeiro da Fortaleza. E nós fomos tentar buscar uma resposta, e a informação
622 que tivemos é que a qualidade nem a quantidade da água iam ser modificadas.
623 A Maíra, nossa secretária de Meio Ambiente, pode fazer mais apontamentos
624 que nós levantamos e ficamos em dúvida, que era necessário trazer aqui aos
625 senhores, para que esse debate seja realizado, e possamos chegar a uma
626 solução ideal. Porque o município não tem interesse de impedir o
627 empreendimento, só que também temos que resguardar o patrimônio ambiental
628 e, principalmente, a atividade daqueles moradores de lá.” Maíra Abraão,
629 secretária de Meio Ambiente de Cruzeiro da Fortaleza: “Com relação ao
630 processo, nós estamos debatendo a parte de outorga, mas é porque estamos
631 trazendo informações que envolvem também o licenciamento, e o município não
632 teve conhecimento e não participou. Eu não sei como foi na época, mas é agora
633 que estamos tomando conhecimento de como é o empreendimento em si. E de
634 tudo que temos de dúvida até agora a maior parte não foi sanada. Nós
635 solicitamos a comunicação do projeto em si, como é, e até o momento só foi
636 ausência de informações por parte da empresa. Verificando os documentos no
637 site do Siam – onde tem a documentação a que possamos ter acesso, porque o
638 acesso é público –, alguns documentos eu não sei se ainda vão ser

639 digitalizados ou não. Não temos acesso a todos, mas a maior parte nós
640 conseguimos, e não vemos informações sobre a situação do município no
641 projeto. Tanto que questionamos a questão dos usuários a jusante. Apesar de a
642 Copasa ter passado pelo processo de outorga e ter acontecido isso de o
643 processo não ter sido obtido, tem, sim, o uso por parte da população urbana e
644 também pelos usuários rurais. Então, até que ponto está essa análise, porque
645 ainda não vimos essa análise. Cadê a documentação? Não foi repassada para
646 nós. Então, não temos essas informações, não sabemos o que foi avaliado. Nós
647 questionamos a questão da alteração desse volume de água que estão pedindo
648 na retificação de outorga e a questão do rebaixamento, se vão interferir ou não
649 nas nascentes ao redor do empreendimento e se isso vai interferir na bacia
650 local. Apesar de que as nascentes que estão sendo citadas estão dentro da
651 cava. Mas até que ponto vai interferir externamente ao empreendimento e na
652 vazão do córrego em si. O que ressaltamos demais da conta – e a nossa
653 oportunidade é agora – é a questão da segurança hídrica do município, tanto
654 em qualidade quanto em quantidade. Sabemos que é um empreendimento de
655 grande porte, que já está acontecendo. Não queremos impedir, mas queremos
656 participar e conhecer. Queremos conhecer o plano de contingência, porque até
657 agora não houve comunicação do plano de contingência. Nós participamos da
658 situação das condicionantes, que são muitas, por sinal. Mas que hora as
659 condicionantes foram voltadas para o município de Cruzeiro da Fortaleza? A
660 empresa adquiriu reserva legal para o imóvel, concentrado no município de
661 Patrocínio. Vocês citaram a questão de manter 100% da Q7,10, mas no projeto,
662 no processo, o item 4.1, fala-se apenas em 50%. São os 241, que não são
663 100%. E precisamos de um prazo para saber o contexto em que o município vai
664 estar inserido nesse empreendimento que está se iniciando, a instalação.
665 Precisamos de prazo para obter profissional capacitado para avaliar todos
666 esses projetos. A questão financeira e o tempo para isso, porque o município é
667 pequeno, mas está a jusante do empreendimento e precisa saber qual é o
668 impacto não só com essas outorgas que estão sendo analisadas aqui, mas o
669 empreendimento como um todo.” Antônio Côrtes, representante do Legislativo
670 de Cruzeiro da Fortaleza: “A discussão já foi bem debatida, e eu queria só
671 passar a insatisfação do município quanto ao empreendimento, pois não houve
672 comunicação por parte da empresa ao município de Cruzeiro da Fortaleza. E eu
673 faço um desafio ao processo de outorga da Supram: quantas vezes foi
674 mencionado o município de Cruzeiro da Fortaleza? E no processo de renovação
675 também se foi mencionado o município de Cruzeiro da Fortaleza. Com certeza,
676 no mapa, constou Cruzeiro, mas a cidade de Cruzeiro, logo abaixo, como
677 adjacente, não foi mencionada. Com 4.000 habitantes hoje, mais ou menos,
678 com captação de água pela Copasa e abastecimento dessa cidade, não houve
679 comunicação e muito menos qualquer reunião ou assembleia no município de
680 Cruzeiro. Eu quero agradeço à Patrícia, ao Fernando, ao Giacomini por pautar
681 hoje nesta reunião a importância do município adjacente que não foi

682 mencionado. Quero deixar essa pergunta para o Bruno, da Supram. Eu sei da
683 idoneidade e da seriedade da Supram e da Copasa, mas fico decepcionado e
684 totalmente insatisfeito com a Copasa, que simplesmente deixa vencer uma
685 licença de outorga e vem a esta reunião aqui hoje dizer que se abstém, mas
686 que a Copasa futuramente poderá furar poços de abastecimento. Isso é um
687 descaso muito grande com a população de Cruzeiro da Fortaleza, com o nosso
688 município, com a nossa população, pois a Copasa, há mais de 30 anos, faz o
689 abastecimento da cidade. E hoje chegar a esta reunião e ouvir dessa forma é
690 um grande descaso da empresa pública-privada Copasa. Foi bem destacado
691 aqui pela nossa colega Aparecida, se não me engano, que a quantidade vai ser
692 mantida, que a qualidade poderá ser mantida, mas isso não é assegurado a
693 ninguém. Só com o abastecimento dessa quantidade e qualidade, após estudos
694 e análises que vamos saber se a qualidade vai ser mantida. E essa qualidade
695 vai ser analisada por quem? Pela Galvani. Então, nós, da cidade de Cruzeiro da
696 Fortaleza, estamos insatisfeitos com a empresa Galvani por esse sentido, pois
697 240 m³ de água podem abastecer a cidade, mas tem a questão da qualidade.
698 São 20 anos do empreendimento, provavelmente, com prorrogação por mais
699 dez anos, e Cruzeiro da Fortaleza sequer foi comunicado e provavelmente não
700 seria comunicado algum dia, por ser a única cidade adjacente ao
701 empreendimento, à barragem. A única cidade que depende do uso dessa água
702 para sustentar suas famílias, abastecer o município. E eu faço novamente o
703 desafio: quantas vezes está escrito no processo de outorga, no processo de
704 renovação, a palavra 'Cruzeiro da Fortaleza'? Eu creio que apenas nos mapas e
705 em mais nenhum lugar no texto.” Bruno Neto de Ávila/Supram Triângulo Mineiro
706 e Alto Paranaíba: “Mais uma vez, eu queria só ressaltar, de fato, teve a nossa
707 preocupação de olhar todos os usos a jusante. Isso foi feito, e está sendo dito aí
708 que não teve esse olhar. Mas teve, sim. A nossa análise técnica é séria e feita
709 com responsabilidade, não aceitamos qualquer tipo de processo que é pleiteado
710 no órgão. Então, foi feita, sim, a análise técnica do processo, foram verificados
711 os impactos a montante e a jusante, sim. E volto a ressaltar que na vazão
712 residual que foi estabelecida foram garantidos pelos menos os 100% da Q7,10,
713 que simula uma situação mínima necessária do curso d’água para
714 abastecimento dos usuários a jusante. Não muda essa regra, tem que ser
715 estabelecidos os usos com limite máximo até 50% da Q7,10. Então, eu não
716 estou vislumbrando o prejuízo que vai ter aos usuários a jusante, uma vez que
717 já tivemos essa preocupação. Além de preocupar em estabelecer esse
718 parâmetro, nós nos preocupamos em estabelecer monitoramento desses
719 parâmetros. Então, serão, sim, monitorados esses parâmetros. Se tiver algum
720 outro parâmetro que queiram que seja monitorado, pode-se abrir para
721 discussão, é importante, é de grande valia, mas nós nos preocupamos, sim, em
722 fazer esses monitoramentos tanto de qualidade quanto de quantidade de água.
723 Nesse ponto, não estamos vislumbrando o prejuízo que o município tem em
724 relação ao abastecimento público, visto que a barragem vai regularizar a vazão.

725 Quando formos fazer a análise do processo. Espero que o processo chegue
726 recentemente para fazermos a análise, para liberar e outorgar esse uso que já
727 está sendo feito há muitos anos. Mas eu não estou vendo prejuízo em relação a
728 qualidade nem quantidade, visto que, além de estabelecer parâmetros, nós
729 estabelecemos sistema de controle. Então, haverá controles que o
730 empreendedor vai ter que cumprir. Esses dados são públicos, serão
731 protocolados para fazermos análise e acompanhamento disso.” Leonardo
732 Oliveira/Galvani: “O que eu gostaria de falar para vocês de Cruzeiro da
733 Fortaleza é que se existisse uma estrutura ou uma atividade da mineração que
734 fosse prejudicar o município de Cruzeiro da Fortaleza com relação à parte
735 hídrica, seria a barragem de rejeito, porque ela é que efetivamente barra a água
736 ali. Mas isso foi superado na outorga da barragem. Por quê? Ao criar uma
737 barragem ali, o que o empreendedor também criou foi um aumento da
738 disponibilidade hídrica naquele local, ele criou um potencial hídrico naquele
739 local, sem prejuízo das ações que, naturalmente, correriam para jusante, que é
740 a vazão residual. Se não houvesse a barragem ali, o que você teria na época
741 crítica de estiagem seria a mesma coisa que tem hoje, que é a Q7,10. Então,
742 não há prejuízo hídrico dessa parte. O fato de a barragem de rejeitos estar ali
743 só aumentou o potencial de aproveitamento hídrico naquela seção fluvial, sem
744 prejuízo para jusante. Outra coisa que eu gostaria que vocês vislumbrassem
745 fica muito fácil vocês perceberem, inclusive, olhando pelo Google: é que essa
746 barragem está na cabeceira de um dos afluentes do ribeirão que abastece
747 vocês. Como essa área de contribuição, existem diversas outras que fazem
748 contribuição para o mesmo local. A barragem já está implantada tem dois anos.
749 Ela está enchendo de água, e não foi observada falta de água para vocês.
750 Então, a disponibilidade hídrica de Cruzeiro da Fortaleza não foi alterada nesse
751 ponto. O que o empreendedor fez com a barragem foi criar um potencial de
752 aproveitamento hídrico, naquela seção dele, sem prejuízo dos usuários de
753 jusante. E o rebaixamento, então, é que não tem o menor risco de afetar. Se o
754 rebaixamento afetasse alguma coisa, seria exatamente esse potencial hídrico
755 que a barragem criou. Então, se o rebaixamento fosse prejudicar alguém, seria
756 o próprio empreendedor. Mas, como eu disse na minha apresentação anterior,
757 toda água, se não houvesse rebaixamento, sairia naturalmente pelos córregos.
758 Como se está promovendo rebaixamento, alguma água vai deixar de correr para
759 os córregos, mas toda essa água, 100% dessa água que o sistema de
760 rebaixamento explora, é devolvida para os córregos novamente e chega à
761 barragem. Então, não há prejuízo hídrico algum. Basta olhar no mapa e ver a
762 rede de drenagem que chega ao ponto de captação de vocês, que vão perceber
763 que era tão grande que a bacia de contribuição onde a Galvani está instalada é
764 irrisória nesse contexto. O que nós fazemos no estudo de disponibilidade hídrica
765 é o seguinte. Eu falei que o empreendimento tem tanto de água aqui para
766 explorar e tem que manter tanto a jusante que é justamente a sua água. Não
767 tem prejuízo. E os 241 são mais do que 100% da Q7,10. Os 50% são o que se

768 tem por obrigação deixar, e 50% da Q7,10 naquele trecho seria
769 aproximadamente 100 m³/h. Se fosse observar a letra fria da legislação, não
770 precisava colocar nem 241 m³/h.” Maíra Abraão, secretária de Meio Ambiente
771 de Cruzeiro da Fortaleza: “Lógico, estamos falando sobre outorga e
772 extrapolando o assunto. Está certo que vai aproveitar o potencial hídrico e tudo
773 mais. Mas qual é a garantia? A própria empresa está fazendo esse
774 monitoramento. Por exemplo, no caso da barragem. Tem a Barragem de Sabão
775 II, de onde está tirando a água limpa, fornecendo, e você fala que é 100% da
776 Q7,10, e no processo está calculado até 50%. E dessa Barragem de Sabão II
777 está pegando a água limpa para a indústria, para o beneficiamento. E da
778 barragem de rejeito de onde está saindo? Vai sair algum rejeito? Qual é o
779 monitoramento? E a questão de impacto? Como essa água vai chegar ao
780 córrego? Você falou que é irrisório, mas é um dos braços do ribeirão Fortaleza.
781 Tem estudo? Você falar que é irrisório, tudo bem. Mas e o estudo? Nós estamos
782 falando de uma questão técnica. O município não fez estudo, não tem como.
783 Por enquanto, são as nossas preocupações. Tem que ter uma análise técnica.
784 Eu não estou tirando a competência da análise da Supram, o questionamento é
785 com relação ao que foi dito aqui. Até a questão da CTOC, na última reunião,
786 nós fomos convidados. Tiveram duas reuniões, e o município de Cruzeiro só foi
787 convidado para a terceira reunião. Nós ficamos sabendo já no prazo final da
788 análise pelo CBH. O pessoal da Serra do Salitre questionou haver análise de
789 somente uma parte do domo, e em minha análise vi que há nascentes que não
790 foram avaliadas próximas ao empreendimento. Qual período de análise vocês
791 têm? No texto fala que foram dois meses em 2009. E depois desse período?
792 Como estão essas águas? A empresa tem dois anos, mas a população vem
793 relatando isso que acontece há mais tempo, e só foram passar para o município
794 agora há pouco tempo.” Lucimar Cardoso, representante da Galvani: “Nós
795 recebemos o município de Cruzeiro da Fortaleza recentemente no
796 empreendimento, o prefeito e vocês estiveram lá junto, e procuramos, juntos,
797 esclarecer qualquer dúvida, até mesmo para vocês embasarem o parecer de
798 vocês. Até naquele momento imaginamos que todas as dúvidas teriam sido
799 sanadas. Para nossa surpresa, estamos ouvindo isso aqui novamente. Mas, de
800 qualquer forma, eu acho que faz parte do processo. Deixar claro que todos os
801 estudos, tudo que tinha que ser feito para embasar o processo foi feito. Eu acho
802 que voltamos a uma discussão ‘deixou de fazer no passado ou no futuro’, eu
803 acho que isso não é problema. Eu falo com vocês, que já estiveram lá, nós
804 estamos lá dentro da empresa e de portas abertas para receber vocês a
805 qualquer momento ou qualquer outra pessoa para poder esclarecer qualquer
806 dúvida a respeito disso. Sobre os monitoramentos que fazemos, contratamos
807 100% de empresas completamente independentes e idôneas, com ART,
808 responsabilidade técnica, para fazer os nossos monitoramentos. Não fazemos
809 monitoramento nenhum nem análise interna. Apesar de termos o nosso controle
810 interno, todos os monitoramentos são feitos por empresas externas e idôneas.

811 Nós estamos falando de uma empresa que tem como princípio básico a ética e
812 o compliance, ou seja, de forma alguma nós faríamos algo diferente. A nossa
813 empresa é uma multinacional norueguesa. A Noruega tem as empresas mais
814 éticas do mundo, e não por isso seríamos diferentes. Então, eu fico muito
815 tranquilo como técnico especialista no assunto de estar falando com vocês
816 quanto a monitoramento e qualidade de tudo aquilo que foi comprometido pela
817 empresa em todos os seus processos na construção de um empreendimento
818 que gera renda para o Estado, como esse nosso, emprego para várias pessoas
819 no momento como este do Brasil. Nós estamos muito tranquilos em abrir as
820 portas para qualquer pessoa chegar lá, e vamos tirar as dúvidas necessárias.”
821 Presidente Irany Maria de Lourdes Braga: “Eu queria complementar só quando
822 você falou sobre como o empreendedor coleta a amostra, ele que é o
823 responsável por isso. Todos os empreendimentos fazem, têm que pagar o
824 monitoramento, mas o laboratório, a empresa que faz, tem que ter – é lei, é uma
825 deliberação – a ISO 17025, que dá toda garantia a nós, que somos as pessoas
826 que estamos recebendo esse efluente, à própria empresa e à comunidade em
827 si. Então, a ISO 17025 e essa deliberação que existe dão para nós essa
828 tranquilidade. Então, são empreendimentos certificados e acreditados pelo
829 Inmetro ou outro organismo acreditado que tem essa competência. A outra
830 coisa é que eu ia perguntar exatamente isso, se a empresa estaria aberta a
831 fazer uma apresentação, porque eu vi que existem algumas coisas. Nós
832 estamos falando aqui de rebaixamento, mas existem dúvidas em termos de
833 licenciamento. E aí a empresa pode apresentar para vocês o que acontece e
834 tirar essas dúvidas. Era só isso que eu queria esclarecer.” Maíra Abraão,
835 secretária de Meio Ambiente de Cruzeiro da Fortaleza: “Só para confirmar, nós
836 estivemos, sim, lá. Foi através até de um procurador, um advogado da Câmara,
837 que teve o acesso à empresa. No dia mesmo, nós tivemos várias dúvidas.
838 Inclusive, parte da empresa anotou todas as nossas dúvidas e ainda não
839 repassou até o momento. Pelo menos, não chegou a mim nem à Câmara de
840 Vereadores. Eles se dispuseram mesmo a estar de portas abertas, mas até
841 agora não sanaram as nossas dúvidas, com relação ao empreendimento em si,
842 não só sobre a outorga.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Eu tive a
843 oportunidade de folhear o estudo. Parabéns, a modelagem está muito boa,
844 dentro da metodologia. Mas acontece que eu gostaria de solicitar informações
845 mais complementares. Se você pudesse projetar aquele mapa geológico, seria
846 mais interessante. Nós sabemos que próximo existe um outro empreendimento
847 da mesma natureza, da Mosaic. Você poderia mostrar para nós e apontar
848 aonde ele está? Então, ele é contíguo. Quantos quilômetros de distância,
849 quantos metros?” Leonardo Oliveira/Galvani: “A Mosaic está exatamente no
850 meio do domo, do Salitre. E a área da Galvani está bem no extremo sul. Temos
851 slides até um pouco mais esclarecedores sobre isso.” Conselheiro Antônio
852 Giacomini Ribeiro: “Mas são quantos quilômetros? Continuando ainda, o
853 rebaixamento não é um rebaixamento forçado, não existe nenhum poço de

854 rebaixamento, só samp e dreno. Um dreno de até 5 m no fundo da cava. Quer
855 dizer que a cava já chegou no fundo? Existe hoje no fundo da cava atual. Na
856 medida em que for havendo o rebaixamento da cava, vocês vão aprofundando o
857 samp.” Leonardo Oliveira/Galvani: “Exatamente. É a partir do momento que
858 interceptar o lençol freático. Essa casa, se for olhar a sua configuração, 70%
859 dela estão na encosta.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Na encosta
860 voltada para o sul.” Leonardo Oliveira/Galvani: “Não, porque lá são colinas,
861 relevo bastante ondulado, e a cava, na sua grande maioria – eu diria uns 70% –,
862 é nessas meia encostas. Em alguns lugares, ela fica fechada, rasa, e aí ela não
863 intercepta o lençol freático. Então, nesses locais é que são escavados esses
864 samps. Eu preparei slides até dissipando esse tipo de dúvida, com o domo do
865 Salitre, e tem outro domo muito maior, que é o domo da Serra Negra. A Mosaic,
866 essa cava, a Galvani, essa cava.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Pelo
867 menos 3 ou 4 km.” Leonardo Oliveira/Galvani: “A área do domo do Salitre seria
868 essa. A cava da Galvani está exatamente nesse contexto, bem ao extremo,
869 inclusive, em um exutórios diferente. Porque tem dois exutórios desse domo,
870 que seriam o córrego Bebedouro e o córrego do Tanque. O córrego Bebedouro
871 já é afluente da Bacia do Araguari, enquanto que a cava da Galvani está sendo
872 agora desenvolvida dentro dessa bacia do córrego do Tanque.” Conselheiro
873 Antônio Giacomini Ribeiro: “Mas o exutório do córrego do Tanque vocês estão
874 monitorando?” Leonardo Oliveira/Galvani: “Tinha vertedouro lá. Agora não tem
875 mais. Tinha à época dos estudos. Teve um vertedouro lá específico.”
876 Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Na condicionante de monitoramento ele
877 está incluído?” Leonardo Oliveira/Galvani: “Está incluído, sim, mas a barragem
878 de rejeitos já chega também muito próximo do ponto onde ele era monitorado.”
879 Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Nós sentimos falta desses córregos
880 exutórios, que no caso agora eu consegui identificar que era esse córrego do
881 Tanque, que está mencionado no relatório ‘Barrinha, Tanque e Caetés’. São
882 esses três exutórios. Nós sentimos falta de uma proposta de monitoramento
883 melhor, considerando o uso do solo, a gestão do território. Porque gestão de
884 água passa, antes de mais nada, por gestão territorial, porque a água é um
885 componente territorial. E nós temos aqui uma Câmara Técnica de Instrumentos
886 de Gestão, e outorga é um dos instrumentos de gestão. Obviamente que nós
887 não tratamos aqui de licenciamento, embora as coisas sejam muito imbricadas,
888 dependem realmente uma da outra. E não dá para falar gestão de águas sem
889 gestão territorial, e não dá para falar de gestão territorial sem gestão ambiental.
890 Então, as coisas realmente são complexas, e existe uma realidade legal que
891 separa da realidade real, e acabamos fatiando a realidade aqui, e as coisas são
892 aprovadas aqui e lá, lá e aqui. Enfim, quem sofre são os usuários menos
893 poderosos, vamos dizer assim. Então, quando falamos do instrumento outorga,
894 inclusive para os representantes da Prefeitura de Cruzeiro da Fortaleza, lembrar
895 que outorga é um instrumento precário, a outorga não é um instrumento
896 definitivo e, em situação de crise hídrica, ela pode, inclusive, ser suspensa,

897 diminuída, em função dos usos prioritários, que são o uso humano, uso de
898 dessedentação de animais e também uso ecológico. E a vazão, antes de mais
899 nada, a vazão dos 100% da Q7,10 é uma vazão ecológica, não é uma vazão
900 econômica, é para manutenção da vida. Assumindo que, após uma determinada
901 captação, com aquela vazão ecológica, que é o mínimo, o sistema de drenagem
902 vai adquirindo corpo, recebendo outros afluentes e voltando a uma condição
903 melhor. Uma questão também de que sentimos falta nos processos é essa
904 abordagem mais holística da própria água. Eu não estou falando de questão de
905 licenciamento ambiental. Eu também me preocupei com a distância do outro
906 empreendimento por causa da condição sinérgica, mas, pelo que conheço da
907 região ali – eu sou daquela região, inclusive –, não há interferência. Eu não
908 acredito que haja interferência entre o empreendimento da Galvani e o da
909 Mosaic do ponto de vista hidrogeológico, tanto pela distância e também pela
910 característica das cavas. São cavas rasas, não chegam ao principal aquífero,
911 que é o fraturado, que fica abaixo do saprólito. Então, não há essa
912 preocupação. Mas há preocupação, sim, com os córregos que são os exutórios,
913 esses três que foram citados, em relação, primeiro, com as atividades que lá
914 ocupam. Tem sido citado como exemplo e bem citado o caso de Tapira, em que
915 realmente o processo atingiu proporções indesejáveis em termos de secamento
916 das nascentes dos córregos exutórios. E existe todo um procedimento
917 atualmente de recomposição dessa água. Mas é um rebaixamento forçado, com
918 bateria de poços, e é uma cava enorme realmente. Então, o impacto é bem
919 proporcional. O que eu realmente estou sentindo falta é de, nesses córregos
920 exutórios, uma análise mais detalhada da condição socioeconômica daquelas
921 populações que porventura existam ali. Eu não sei se são áreas adquiridas já
922 pela empresa ou que tipo de impacto social e econômico e também,
923 obviamente, na drenagem propriamente dita.” Leonardo Oliveira/Galvani: “Esses
924 córregos exutórios, o Tanque, o Barrinha, as cabeceiras deles estão na área da
925 cava. Uma parte dessas nascentes está na área da cava. Então, naturalmente,
926 com o desenvolvimento da cava, algumas dessas nascentes são suprimidas. A
927 jusante desses exutórios está a barragem de rejeitos, e tudo é área do
928 empreendedor. Então, não tem usuário de água envolvido nesse meio. A
929 barragem é o destino final dessas águas, o rebaixamento não está prejudicando
930 esse balanço hídrico porque aquela vazão que fluiria naturalmente nas
931 nascentes vai estar fluindo agora pelo sistema de rebaixamento. Esse equilíbrio
932 ali não foi afetado.” Lucimar Cardoso, representante da Galvani: “Só para
933 reforçar, é importante falar sobre uma condicionante que tem dentro dos nossos
934 processos sobre programa de proteção de algumas nascentes. Inclusive, temos
935 um programa específico para recuperar nascentes que não estão dentro do
936 empreendimento. Nós temos buscado vários fazendeiros, pessoas ao redor,
937 proprietários mesmo da região, para que possamos apoiar e ajudar, inclusive,
938 na recuperação e no plano de manejo dessas nascentes. É uma condicionante
939 dentro de um programa de educação ambiental que nós temos.” Conselheiro

940 Fernando Marinho de Oliveira: “A primeira questão, a Copasa foi citada. Eu vou
941 reforçar que estou aqui como Abas, Associação Brasileira de Águas
942 Subterrâneas. Outra coisa é que eu estive com a Maíra e com João em uma
943 reunião, e isso foi levado ao Grupo de Trabalho criado pela presidência dentro
944 da Copasa, e em debate os membros decidiram, politicamente, estarmos por
945 ora fora do processo. A Copasa está aberta ao diálogo, para retornar ao
946 diálogo, e vocês podem solicitar apoio. Mas o Grupo de Trabalho nomeado pela
947 presidência, no momento, decidiu sobre isso. Sobre a fonte de produção de
948 água de Cruzeiro da Fortaleza, você se coloca como Copasa. Se eu abasteço a
949 comunidade e a minha captação não está legalizada, eu tenho que tomar
950 providências para legalizar o quanto antes. É o que está sendo feito, eu acredito
951 que já tenha sido protocolado. Esse processo demora um bom tempo. E nós
952 temos que falar ‘você não está outorgado, você não pode utilizar essa água’. No
953 impedimento, tem que ter alternativas. Nós estamos fazendo um trabalho, a
954 questão de água subterrânea lá tem que ser avaliada. Não é uma região de
955 grande potencial, mas estamos trabalhando de forma a não provocar
956 desabastecimento na cidade. É essa a nossa posição no momento de,
957 politicamente, estarmos ausentes, mas estamos abertos ao diálogo. Eu estou
958 na iminência de ir à cidade para fazer um levantamento e eu sou técnico, não
959 sou da direção. Eu sou hidrogeólogo. Só um posicionamento quanto a isso.
960 Voltando ao trabalho, eu quero dizer o seguinte. O trabalho, pelo que observei,
961 é um trabalho bom, um trabalho que tem uma vantagem grande, que está sendo
962 realizado já um monitoramento prévio. Isso é muito importante. Não pode deixar
963 de monitorar o vertedouro, tem que ter uma continuidade, porque vai ter o
964 background, vai ter a base para depois, quando houver o rebaixamento, houver
965 o desenvolvimento da mina, vocês e quem está envolvido irem avaliando
966 efetivamente os impactos, ou ganhos, caso vocês também estejam falando
967 sobre ganho com uma recarga maior pelos reservatórios. O conhecimento da
968 água subterrânea se dá através do monitoramento prévio, durante e até o pós,
969 até para vocês saberem quais são essas afecções no entorno. Essa rede de
970 monitoramento é essencial, e o temor aqui do pessoal da prefeitura é que os
971 usuários de recursos hídricos possam ser afetados. Eu acho que, através do
972 diálogo, através do compromisso, vocês têm água suficiente lá para repor
973 eventuais perdas obtidas e determinadas pelo monitoramento. Tem uma base
974 razoável, boa, atual do modelo conceitual matemático? Parece-me que sim. E
975 somente com o monitoramento, a calibração periódica, anual, o que for, é que
976 você vai, a partir do trabalho de cava, monitorando e detectando, aprimorando o
977 modelo matemático e quantificando esses impactos ou ganhos na
978 eventualidade. Só fechando e retornando ao assunto não exatamente de
979 Copasa, mas a Copasa tem uma série de convênios com outros mineradores,
980 inclusive, aqui perto de Belo Horizonte, Capão Xavier, com a Vale, Congonhas,
981 onde esse trabalho feito pelo minerador é constantemente apresentado,
982 reavaliado pela Copasa de forma a estarmos sempre quantificando os impactos

983 das captações da Copasa, de forma que tenha uma garantia, caso haja
984 necessidade, de uma reposição. A outra questão ainda é a questão da Galvani
985 e da Mosaic. O fluxo parece que não é o fluxo regional. O fluxo me parece que
986 está limitado às bacias. Eu só faço novamente aquela ressalva, é isso que se
987 apresenta no momento, mas essa questão dessa zona fraturada tem que ser
988 conhecida e monitorada para que todos entendam e seja mitigado, caso venha
989 no futuro ter impacto a jusante, fora daquilo que hoje se tem no modelo teórico.”
990 Conselheira Patrícia Generoso Thomaz Guerra: “Eu tinha várias questões para
991 trazer, mas vou evitar um desgaste maior, tanto meu quanto deste Conselho,
992 até pelo adiantar da hora. Eu queria só fazer um registro. Embora vocês tenham
993 descrito que o limite da supressão de nascentes seja a cava, um trecho do
994 próprio estudo – se não estou enganada, na página 111 – descreve que, para
995 além das nascentes suprimidas pela própria cava, haverá ou poderão haver e
996 serem afetadas outras nascentes. Esse termo já me causou uma certa angústia
997 porque usar a expressão ‘poderá’ sem trazer nos estudos técnicos a certeza já
998 é um motivo de desconforto. Até na primeira parte, quando a Irany perguntou se
999 queria apresentação conjunta, eu me abstive porque eu achava que podia ser
1000 conjunto, porque estão intrinsecamente ligados. Eu vou solicitar vista, já
1001 fundamentando aqui minha resposta, pela necessidade de conhecer, de sanar
1002 dúvidas. E me sinto completamente legitimada até pela fala dos procuradores e
1003 dos representantes dos municípios que estiveram aqui para, quem sabe, tentar
1004 contribuir e poder sugerir alguma coisa.” Presidente Irany Maria de Lourdes
1005 Braga: “Patrícia, obviamente, você sabe que a decisão do conselheiro em pedir
1006 vista é acima de qualquer outra reivindicação. Eu gostaria só de estar colocando
1007 aqui para os senhores conselheiros que hoje eu participei de uma reunião em
1008 que eles puderam me mostrar o empreendimento, que eu não conhecia. Eles
1009 mostraram o histórico do licenciamento e que estão em uma Licença de
1010 Instalação prestes a vencer, com um empreendimento instalado, em uma
1011 cidade com 6.000 empregados diretos, que estão comprometidos. Uma cidade
1012 praticamente inteira. Eles estão parados, e impostos que poderiam estar sendo
1013 voltados para a comunidade – são comunidades carentes – estão sendo
1014 postergados para tirar dúvida que não foi sanada aqui. Eu só queria dizer da
1015 nossa responsabilidade como conselheiros, que temos que ter a convicção, a
1016 certeza de que aquele empreendimento está correto. Eu sei muito bem que nós
1017 temos que ter a consciência, nós todos temos que preservar, porque nós todos
1018 estamos aqui pela sustentabilidade. Mas pela sustentabilidade tanto de um lado
1019 quanto do outro. Nós temos a soberania de definir que queremos ou não
1020 queremos uma vista, não estou tirando isso, mas quero dizer que nós somos
1021 muito mais responsáveis pelo caminhar, pelo que está ali na frente.”
1022 Conselheira Patrícia Generoso Thomaz Guerra: “Porque você está se dirigindo
1023 o tempo todo a mim, foi eu quem pedi vista. Só que eu gostaria de te falar que
1024 entendesse e aceitasse a soberania do pedido de vista porque, inclusive, eu
1025 sinto, de uma certa forma, que, para mim, você está me fazendo uma

1026 chantagem. De certa forma, eu me senti aqui como se você estivesse colocando
1027 um peso que é do empreendedor. A pauta, a agenda ou o controle, isso é feito
1028 pelo empreendedor. A minha função aqui é buscar gestão de águas, eu não
1029 tenho que gerir agenda ou cronograma da empresa. E fico preocupada por isso
1030 estar sendo colocado aqui no Conselho, uma justificativa que é da empresa, do
1031 empreendedor, que é econômica, que está sendo colocada aqui. Eu também
1032 sou de uma cidade mineradora, eu já sofri, eu sei como é esse tipo de pressão,
1033 esse tipo de chantagem. Isso, para mim, não faz o menor sentido. Então, eu
1034 gostaria só que se respeitasse o direito que é regimental sem qualquer tipo de
1035 apelo ou de consideração que não fosse legal, jurídica regimental. Os outros,
1036 quem pode fazer e quem tem procuração para fazer é a empresa, não nós,
1037 conselheiros, não a Presidência desta Câmara.” **5) ASSUNTOS GERAIS.**
1038 Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “Patrícia, eu vou me dirigir a você pelo
1039 que você tem discutido e apresentado em todas as reuniões tanto da CTIG
1040 quanto do Conselho Estadual. Você representa uma entidade, o Fonasc, que a
1041 todo pedido que vem aqui, tanto na CTIG quanto no Conselho Estadual, vocês
1042 pedem vista, a todo processo que é relacionado a mineração. É muito simples,
1043 nós temos que ser coerentes. Se nós formos pensar da forma que vocês,
1044 Fonasc, fazem as suas contribuições, nós vamos ter que ir para a caverna. Só
1045 que para a caverna não podemos ir mais, porque nós estamos impedidos de ir à
1046 caverna. Porque tem tanta exigibilidade para se fazer uso de caverna que não
1047 se pode nem voltar mais para lá. E outra coisa que temos que pensar é que
1048 esse empreendimento é totalmente diferente de outros empreendimentos
1049 minerários, porque é dele que vai trazer seu sustento, sua alimentação, e sem
1050 ele nós não temos alimentos. Se não fizermos isso, nós vamos ter que devastar
1051 mais. Se devastamos mais, estamos agredindo mais o meio ambiente. Então,
1052 nós temos que começar a pensar o que está passando aqui. Essa é uma
1053 empresa totalmente sustentável, e nós estamos brigando para não ter, e ao
1054 mesmo tempo vocês brigam para aumentar a área plantada. Nós temos que
1055 começar a ter coerência no que estamos fazendo. Agora, nós somos coerentes.
1056 Você pode ter certeza de que a nossa entidade, a entidade que eu represento,
1057 nós somos coerentes e ao mesmo tempo exigimos dos nossos associados que
1058 eles cumpram o papel deles tanto na área econômica quanto na área
1059 sustentável também. Nós não vamos defender empresa que vier aqui e que não
1060 esteja cumprindo com seu dever, do que está na lei. Isso nós não fazemos. Mas
1061 ao mesmo tempo também não vamos prejudicar empresa, não estamos aqui
1062 para prejudicar ninguém, pode ser qualquer empreendimento. Mas, da forma
1063 que vocês fazem, vocês não contribuem com o Estado.” Conselheiro Fernando
1064 Silva de Paula: “Primeiro, parabenizar a turma que veio lá do município, o que
1065 eu acho que é algo louvável. É uma pena que, de fato, vivemos percebendo
1066 esse tipo de coisa. Nas palavras do nosso conselheiro aqui, de fato, sempre
1067 ocorre que os usuários menos poderosos acabam pagando o preço das
1068 questões e, muito embora na Lei dos Recursos Hídricos consideremos o

1069 abastecimento humano como uso essencial, muitas vezes ele fica em segundo
1070 plano, terceiro, quarto e às vezes não aparece. Então, muito embora nós
1071 tenhamos um município bem próximo – 12 km não é tão distante assim –, ainda
1072 assim o município sequer foi citado. Isso eu acho um tanto grave, sério mesmo.
1073 Não seria demais falar a respeito, que ‘existe um município, embora o nosso
1074 empreendimento vai beneficiar ou já beneficia 6.000 empregados’, que existe
1075 um lugar, uma comunidade, cidade, município, tem uma estrutura
1076 organizacional, uma Câmara Municipal, uma prefeitura. Existem lá
1077 representados os munícipes. Não são tantos quanto os empregados desse
1078 empreendimento, mas são 4.000 pessoas. Então, é muito dentro dessa ótica
1079 que eu acho que nós devemos, sim, parabenizar a turma. Não é uma coisa tão
1080 comum, infelizmente, a presença dos representantes municipais aqui para
1081 questionar e colocar que, de fato, algumas informações não puderam ter acesso
1082 tempestivamente para que pudessem ser consideradas, eventualmente, no
1083 relatório do pedido de vista que foi feito. Então, manifestar esse meu sentimento
1084 e parabenizá-los. E dizer que aquilo que couber, certamente, a este Conselho, a
1085 esta Câmara Técnica, para considerar aqueles anseios da comunidade,
1086 representada pela prefeitura e pelo Poder Legislativo será considerado, sim,
1087 certamente, nessas discussões.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “São
1088 dois aspectos. Primeiro, sobre a natureza da montagem do processo. Ele está
1089 totalmente desfigurado, as páginas para frente, para trás. Da página 6, vai para
1090 a 43, depois vai da 68 para a 117, depois volta para a 12 e vai à 280. Enfim, tem
1091 muitos documentos sem página, não paginado. Então, antes de passar para a
1092 vista, é interessante. Anteriormente, nós tínhamos falado também daqueles
1093 requisitos mínimos de quando um processo vier para cá. E nós deixamos aquela
1094 discussão de lado. Quais são os pareceres, o que eles têm, a clareza dos
1095 mapas e tudo mais. Nesse particular, por exemplo, os estudos estão bons, os
1096 mapas estão excelentes, mas tem os requisitos mínimos para o processo
1097 chegar para nossa análise. Agora, isso remete a outra parte, que me deu
1098 realmente tristeza, que foi usar um discurso da urgência do emprego, de ‘voltar
1099 para a caverna’. Isso é uma coisa terrível, é terrível ter que ouvir isso. Porque se
1100 a empresa está aí na bacia das almas é porque ela também deixou para a
1101 última hora, alguém deixou isso para a última hora, para chegar aqui e ter que
1102 fazer essa urgência. ‘Olha, a outorga não tem mais, vai ter que parar’. O que
1103 está acontecendo? O que está errado? Se não é a empresa é o rito. O rito está
1104 errado, mas nós somos donos do rito, o Conselho é dono, nós somos parte. Nós
1105 temos que, então, propor a quem de direito mexer nesse rito, porque não dá
1106 para analisar processo na bacia das almas. Aí vem ‘o risco do desemprego’.
1107 Mas por que está aí? Nós temos que ter uma crítica, fazer uma autocrítica e ver
1108 esses regulamentos e regimentos que estão errados. Volto falar na mesma tecla
1109 que estou falando desde que comecei a pensar aqui: nós temos os ritos, as
1110 Câmaras, os Conselhos, isso é outorga, é licenciamento, e legalmente as coisas
1111 passam. Mas na realidade os rios estão morrendo. Nós estamos novamente na

1112 mesma crise hídrica de 6 a 7 anos atrás. Fizemos conferências, eventos, ‘crise
1113 hídrica e tal’, e as coisas estão se agravando. E aí? Qual é o nosso papel
1114 nisso? Nós temos que fazer essa autocrítica.” Conselheiro Odorico Pereira de
1115 Araújo: “Giacomini, só para você ter noção, são mais de 23.000 outorgas para
1116 analisar, isso é incabível.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Então, tem
1117 uma coisa errada.” Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “Tem muitas coisas
1118 erradas.” Conselheiro Antônio Giacomini Ribeiro: “Não são as 23.000 outorgas.”
1119 Conselheiro Odorico Pereira de Araújo: “É questão de acumulação, corpo
1120 técnico, e temos também que dar a mão à palmatória. Em sua consciência, como
1121 se vai exigir do funcionário se ele está com salário atrasado? Essa é a questão
1122 que eu coloco.” Conselheira Patrícia Generoso Thomaz Guerra: “Eu só vou
1123 pedir para deixar registrado aqui em ata o início da contagem do prazo só após
1124 a disponibilização dos documentos. Eu estou pedindo para constar, para que
1125 isso fique registrado formalmente. Só uma preocupação, zelo, cautela.” **6)**
1126 **ENCERRAMENTO**. Não havendo outros assuntos a serem tratados, a
1127 presidente Irany Maria de Lourdes Braga declarou encerrada a sessão, da qual
1128 foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

1130
1131
1132
1133 **Irany Maria de Lourdes Braga**
1134 **Presidente da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão**